

06 nov 2007 / 10:38

## Plenário nacional de delegados, dirigentes e activistas sindicais da Administração Pública

**A coordenadora da Frente Comum, Ana Avoila, falava aos jornalistas e aos dirigentes, delegados e activistas sindicais presentes na manhã de 7 de Novembro em frente ao Ministério das Finanças, ao Terreiro do Paço, em Lisboa, quando anunciou a inevitabilidade da realização de greve dos trabalhadores da Administração Pública no final do mês, perante a irredutibilidade do Governo em relação à sua proposta de 2,1% de aumentos salariais. O plenário de rua da Frente Comum reuniu sindicalistas das organizações representativas dos professores, enfermeiros, funcionários das escolas e dos serviços de finanças, assistentes sociais, psicólogos, trabalhadores da administração local, funcionários judiciais, fisioterapeutas, médicos, quadros técnicos superiores, entre outros.**

A Frente Comum de Sindicatos da AP, como aliás tinha anunciado, apresentou uma contra-proposta negocial, baixando os valores dos iniciais 5,8% para 5%, numa clara manifestação de vontade em chegar a um entendimento que garantisse o início da recuperação do poder de compra perdido, particularmente nos últimos anos, a participação nos ganhos de produtividade e a compensação pela inflação previsível para 2008, superior a 2,5%.

O Governo, porém não aceitou rever nenhum dos seus critérios.

Em causa nesta Greve estará, para além da questão salarial, o SIADAP, o regime de mobilidade especial e de aposentação, bem como questões relacionadas com o emprego e estabilidade profissional.

### **Mário Nogueira denuncia situação grave de desemprego no sector do Ensino**



O Secretário-Geral da FENPROF, usando da palavra durante este plenário, salientou especificamente as questões do emprego como centrais do desenvolvimento do País e da Administração Pública portuguesa e chamou a atenção para o facto de que "na Administração Pública este é já um problema grave que afecta os próprios trabalhadores, mas, igualmente, os serviços e o seu funcionamento".

Noutra passagem, sublinhou que "há mais de 35.000 professores desempregados dos ensinos básico e secundário, situação que poderá, em breve agravar-se, com cerca de 2.000 professores do ensino superior". Mário Nogueira registava que, "para um país, como Portugal, que vive graves problemas na Educação que não se resolvem com menos, mas sim com mais recursos humanos qualificados", esta é uma situação inadmissível.

Mas o dirigente sindical foi ainda mais contundente, ao lembrar que em todo o sector do Estado são mais de 100.000 os trabalhadores com vínculo laboral precário, para depois acrescentar que tal acontece porque "as políticas neo-liberais em curso no nosso País, aquelas que o Governo do PS promove e que o PSD ainda acha curtas, são orientadas para degradar as respostas públicas, que são de todos, criando insatisfações e, assim, facilitar a sua privatização".

**"Não somos imobilistas. Não achamos que na Administração Pública não há nada a fazer e a melhorar"**, disse já na parte final da sua intervenção, "Mas, neste caso, o que o Governo quer é degradar as suas respostas e o ataque que move aos seus trabalhadores, de que resulta cada vez mais desemprego ou emprego precário", continuou, "é uma das vertentes desse ataque".

A Frente Comum dirigiu um forte apelo às outras duas frentes sindicais da administração pública, que integram a UGT, para que se juntem a esta luta, aguardando-se, a todo o momento, uma resposta positiva da FESAP e da UGT.

A iniciativa de 7 de Novembro, em Lisboa, reafirmou a unidade e a mobilização dos trabalhadores da Administração Pública por aumentos salariais justos, contra a redução das pensões de aposentação, pelo direito ao emprego com direitos, contra o afastamento de milhares de trabalhadores do sector, pela dignidade profissional e por uma Administração Pública moderna, eficaz e ao serviço das populações. / **LL e JPO**